



Queiroz, do DIAP, analisa o novo **Congresso Nacional**



parece longe de um consenso. Veja o que está em jogo



governo Alckmin pode levar São Paulo a um colapso

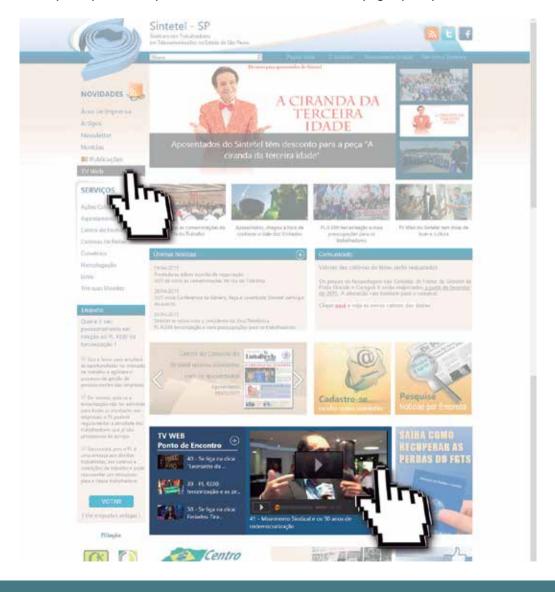
TV Web do Sintetel ganha audiência com novo formato

A partir deste ano, a TV Web do Sintetel, batizada de Ponto de Encontro, está de cara nova. Após a audiência ter aumentado expressivamente com a exibição de alguns temas em formato mais curto e dinâmico, os programas agora têm no máximo cinco minutos.

O trabalhador pode aproveitar pequenos intervalos em seu dia a dia para ter acesso a informações relevantes. Além disso, é uma alternativa para quem não quer se limitar com o que é noticiado pelos grandes veículos tradicionais, o que torna possível a criação de um olhar mais crítico sobre os fatos.

Dicas culturais e assuntos sobre trabalho e meio sindical são abordados intercaladamente. Os vídeos ficam disponíveis no site sintetel.org toda sexta-feira.

Veja na imagem abaixo como localizar os vídeos da TV Web na página principal do site do Sindicato.



Índice

Capa

Em qual Dilma acreditar?

"Nem que a vaca tussa", disse a ainda candidata Dilma Rousseff sobre mexer nos direitos e beneficios dos trabalhadores





Entrevista

Radiografia do Novo Congresso

Diretor do DIAP. Antonio Augusto de Queiroz, traça o perfil dos deputados e senadores empossados em 2015. A análise é desanimadora para a classe trabalhadora e para o movimento sindical



Política

As regras do jogo

O debate sobre reforma política parece longe de um consenso, enquanto isso, as instituições brasileiras sofrem com o descrédito da população



Cidades

A culpa não é de São Pedro

Equívocos políticos do Governo Alckmin e da Sabesp agravam a situação hídrica na Grande São Paulo



Tecnologia

Atalho para a interatividade

Lido pela maioria dos smartphones, QR Code derruba barreiras entre as informações estáticas e dinâmicas

Editorias

4 Editorial

28 Aconteceu

12 Aposentados

30 Cultura

18 Telecomunicações

33 Passatempo

24 Mulher

Artigos

32 Duas lutas conjunturais

Artigo de João Guilherme Vargas Netto

34 Tempos de Ameixa

Artigo do Leitor

Editorial

Nossa paciência acabou



Almir Munhoz Presidente do Sindicato

hegou a hora de o governo ouvir o clamor das ruas. Independente de preferências partidárias, uma coisa é fato: o povo perdeu a paciência! O escândalo da Petrobrás veio à tona. A Operação Lava Jato escancarou um esquema mafioso que há décadas lava dinheiro, paga propina e rouba o País!

Soma-se a isso, a crise econômica, a ameaça aos direitos trabalhistas e previdenciários ilustrados pelas medidas provisórias (MPs) 664 e 665, que dificultam o acesso dos trabalhadores a uma série de benefícios sociais, como o seguro-desemprego, abono salarial e pensão por morte.

Outra maldade do Governo Dilma foi a medida provisória que impediu que a Câmara dos Deputados votasse a política de reajuste das aposentadorias para quem recebe acima de um salário mínimo.

Com esse ato, o governo reforçou um dos maiores erros históricos, que sempre foi o de suprimir ou estagnar as rendas dos cidadãos que contribuíram a vida toda para a construção do Brasil.

A medida de Dilma contraria os alicerces ideológicos por uma vida digna, principalmente quando se trata dos aposentados. Também promove a retração social e a precarização da renda dos brasileiros, uma vez que a ausência de um projeto para o reajuste das aposentadorias acima do mínimo, ao longo dos anos, achata os beneficios a níveis desumanos, onde viver é sinônimo de sobreviver.

Diante deste cenário, o povo brasileiro não aguenta mais! Os tais ajustes fiscais para equilibrar a economia têm custo. E o governo quer que o trabalhador pague uma conta que não é dele. A crise não foi criada por nós, trabalhadores e aposentados.

A UGT – União Geral dos Trabalhadores, central sindical a qual o Sintetel é filiado, e as demais centrais defendem que é fundamental garantir emprego, salário, direitos e desenvolvimento econômico.

Expediente



DIRETORIA DO SINTETEL Presidente: Almir Munhoz

Vice-Presidente: Cristiane do Nascimento Diretoria Executiva:Aurea Barrence, Fábio Oliveira da Silva, Gilberto Rodrigues Dourado, José Carlos Guicho, José Clarismunde de O. Aguiar.

Diretoria Secretário: Alcides Marin Salles, Cenise Monteiro de Moraes, Leonardo Alves Ribeiro, Marcos Milanez Rodrigues, Maria Edna de Medeiros, Paulo dos Santos e Welton José Araújo.

Diretor de Aposentados: Osvaldo Rossato Diretores Regionais: Elísio Rodrigues de Sousa, Eudes José Marques, Jorge Luiz Xavier, José Roberto da Silva, Ismar José Antonio, Genivaldo Aparecido Barrichello e Mauro Cava de Britto.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Diretor Responsável: Almir Munhoz
Jornalista Responsável: Marco Tirelli (MTb 23.187)
Redação: Emilio Franco Jr. (MTb 63.311),
Marco Tirelli e Cindy Alvares
Estagiária: Laura Rachid
Diagramação: Agência Uni
www.agenciauni.com
Fotos: Marry Scarabello, J. Amaro
e Julio Fernandes.
Colaboradores: João Guilherme Vargas Netto e

Paulo Rodrigues
Capa: DIZ Comunicação
Impressão: Gráfica Unisind Ltda.

www.unisind.com.br

Distribuição: Sintetel
Tiragem: 10.000 exemplares

Linha Direta em Revista é uma publicação do Sindicado dos Trabalhadores em Telecomunicações no Estado de São Paulo | Rua Bento Freitas, 64 | Vila Buarque | 01220-000 | São Paulo SP | 11 3351-8899

> www.sintetel.org sintetel@sintetel.org.br

SUBSEDES:

ABC (11) 4123-8975
Bauru (14) 3103-2200
Campinas (19) 3236-1080
Ribeirão Preto (16) 3610-3015
Santos (13) 3225-2422
São José do Rio Preto (17) 3232-5560
Vale do Paraíba (12) 3939-1620

O Sintetel é filiado à Fenattel (Federação Nacional dos Trabalhadores em Telecomunicações), à UNI (Rede Sindical Internacional) e à UGT (União Geral dos Trabalhadores). Os artigos publicados nesta revista expressam exclusivamente a opinião de seus autores.







FNTRFVISTA

Radiografia do Novo Congresso

A análise do perfil dos deputados e senadores empossados em 2015 é desanimadora para a classe trabalhadora

POR MARCO TIRELLI

DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) elaborou e publicou mais um documento da série "Estudos Políticos do DIAP". Com o mesmo nome desta matéria, "Radiografia do Novo Congresso", a análise ficou a cargo do jornalista, analista político e diretor de documentação da entidade, Antonio Augusto de Queiroz.

Autor de vários livros e cartilhas, Toninho do DIAP, como é conhecido, abriu um espaço em sua agenda para falar com a revista Linha Direta. O cenário, segundo ele, é assustador. "O Congresso que tomou posse em feve-

reiro de 2015 pode ser resumido assim: conservador, do ponto de vista social; liberal do ponto de vista econômico e atrasado em relação aos direitos humanos e ambientais", afirma.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Revista Linha Direta: O que podemos esperar deste novo Congresso Nacional?



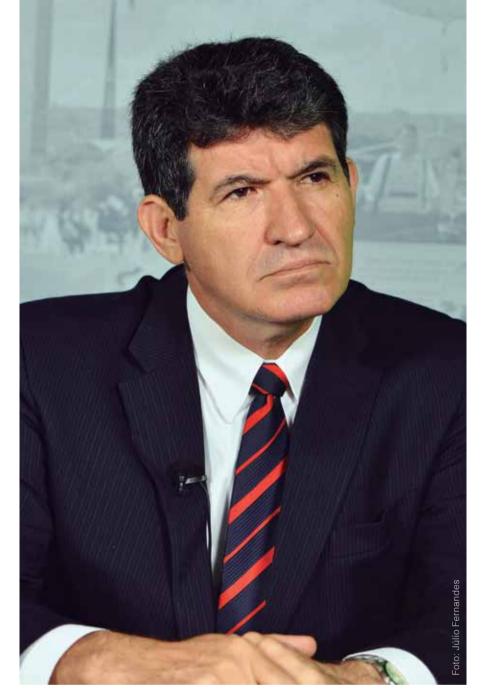
ENTREVISTA

Toninho: O Congresso que tomou posse em fevereiro de 2015 pode ser resumido assim: conservador, do ponto de vista social; liberal do ponto de vista econômico e atrasado em relação aos direitos humanos e ambientais. Isto significa que na perspectiva dos trabalhadores se devem intensificar a fiscalização e pressão para evitar retrocesso nas conquistas sociais. A possibilidade de avanço, muito remota, depende da pressão popular.

RLD: De que maneira este novo perfil do Congresso poderá afetar as conquistas trabalhistas?

Toninho: De um lado, o setor empresarial e do agronegócio ampliou sua presença no parlamento e veio com uma pauta de mudanças em matérias tributárias, fundiárias, ambientais e, sobretudo, trabalhista. De outro, houve uma redução das forças favoráveis aos trabalhadores. Num cenário desses, com a correlação de forças francamente desfavoráveis aos trabalhadores, e o Governo sem margem para dar incentivos fiscais, monetários e tributários ao setor empresarial, a tendência natural deles é buscar manter as suas margens de lucros a partir do corte de direitos.

RLD: Quais as principais dificuldades que a presidente Dilma



encontrará para governar diante de um Congresso predominantemente conservador?

Toninho: A ampliação do número de partidos, de um lado, e a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara, de outro, exigirão muito esforço de negociação do Governo. No pri-

meiro caso, porque terá que negociar com muitos líderes partidários, muitos com poder de veto em relação aos temas de interesse do Governo. No segundo pela insatisfação de Eduardo Cunha com o Governo, que apoiou Arlindo Chinaglia contra sua candidatura. Isso terá consequências negativas para o Governo, que terá que fazer grandes concessões, sob pena de ser derrotado em matérias de seu interesse no Congresso.

A tendência natural dos empresários é buscar manter as suas margens de lucros a partir do corte de direitos

Todo início de legislatura, o tema da reforma política volta à pauta. Entretanto, as chances de aprovação de uma reforma ampla são remotas

RLD: Com a eleição de Renan Calheiros e Eduardo Cunha como presidentes do Senado e da Câmara respectivamente, como se desenhará o comando do Congresso?

Toninho: O presidente do Senado foi eleito com o apoio do Governo. Já o da Câmara foi eleito contra o Governo. Assim, a tendência é que o primeiro seja cooperativo e o segundo seja mais hostil, criando dificuldades para a agenda governamental. Isso vai exigir muita competência da área política do Governo, especialmente da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

RLD: A quais fatores podemos atribuir a redução da bancada sindical na atual legislatura?

Toninho: A prioridade dada pelos partidos, inclusive os de esquerda, aos candidatos da máquina governamental e do meio empresarial em detrimento daqueles de origem sindical e trabalhista. Isso, combinado com os elevados custos de campanha, contribuiu para dificultar a eleição de muitos companheiros, que não tiveram o devido apoio dos seus partidos e também das entidades sindicais de trabalhadores.

RLD: Questões polêmicas como a criminalização da homofobia e legalização do aborto encontrarão dificuldades para serem aprovadas?

Toninho: Com o crescimento da bancada evangélica, que veio mais fundamentalista do que em legislatura anteriores, dificilmente essas matérias avançarão no Congresso. Além disso, o próprio presidente da Câmara irá liderar a resistência à inclusão em pauta desses temas. Nessa perspectiva, se o Governo não apoiar os movimentos de direitos humanos a favor dessas pautas, o risco que existe é de retrocesso e não de avanço.

RLD: É possível que a diminuição da maioridade penal volte com força à pauta?

Toninho: Esse tema provavelmente ganhará espaço na agenda do Congresso. A chamada bancada da bala ou bancada da segurança, que cresceu e veio mais unida e forte, terá esse tema entre suas prioridades. Além da redução da maioridade penal, a bancada da bala pretende eliminar as penas alternativas e esvaziar o estatuto do desarmamento.

RLD: Em sua visão, em quais questões haverá um maior embate entre a bancada governista e a oposição?

Toninho: Basicamente, nos te-

mas relacionados às investigações do Sistema Petrobrás, Eletrobrás e do BNDES. A oposição vai insistir na abertura de Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs - para investigar esses três setores, com duplo objetivo: deslegitimar o governo, associando sua imagem à corrupção, e abrir esses setores à iniciativa privada.

RLD: Haverá clima para discutir a reforma política tão esperada pelo povo brasileiro e prometida pela presidenta Dilma?

Toninho: Todo início de legislatura, o tema da reforma política volta à pauta. Entretanto, as chances de aprovação de uma reforma ampla são remotas. Muitos parlamentares só foram eleitos por força de coligações, do financiamento privado e também do sistema proporcional de lista aberta e criarão toda sorte de dificuldades para evitar a aprovação de uma reforma que mexa nesses pontos. Só com muita mobilização popular e um forte apoio do Governo, além de generosas regras de transição, é que se poderá ter uma esperança de mudanças nos sistemas eleitoral e partidário. E, no caso da ideia de plebiscito, as chances são próximas de zero.

Nota da redação: Nas quatro páginas seguintes, a Revista Linha Direta traz uma matéria explicando com mais detalhes a Reforma Política.

A publicação Radiografia do Novo Congresso está disponível para download no www.diap.org.br



O debate sobre reforma política parece longe de um consenso, enquanto isso, as instituições brasileiras sofrem com o descrédito da população

POR EMILIO FRANCO JR.

unho de 2013. Milhões de pessoas saíram às ruas do País para protestar. Reivindicações diferentes: da melhoria da qualidade dos serviços públicos ao fim da corrupção. O início da revolta se deu com o aumento das passagens dos transportes municipais e estaduais. O estopim aconteceu com as repressões truculentas das forças de segurança. Os protestos cresceram e, a certa altura, já não era mais possível identificar a exata pauta defendida pela população.

A indignação atingia da ineficiência do Congresso até a corrupção em todos os níveis de poder. O povo, sem uma real organicidade e com cada grupo à sua maneira, pedia novas formas de representação, reivindicava a participação popular, rejeitava o descaso dos que estão acastelados no poder. Aquela altura, com a popularidade golpeada, Dilma Rousseff propôs um tema-cha-



ve, talvez um dos poucos capazes de sanar os males atuais da política brasileira, que logo foi enterrado pelo Congresso e esquecido por boa parte da população: a reforma política.

O tempo passou. Um ano depois, as mesmas pessoas que tomaram as ruas foram às urnas. Resultado? Presidente Dilma Rousseff reeleita, governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, reeleito e o Congresso mais conservador desde a redemocratização saiu vitorioso. A tendência, com os parlamentares atuais, é que mudancas no sistema eleitoral e político seiam vistas com maus olhos.

O resultado das eleições, a princípio, parece contraditório com o grito de mudança solto um ano antes pela população. Como podem descontentes votarem pela manutenção de tudo o que está aí? A resposta, por incrível que pareça, pode ser encontrada naquele velho chavão: a culpa é do sistema.

A REFORMA POLÍTICA

Classificado por alguns como a mãe de todas as reformas necessárias para o País, a reforma política é tema recorrente entre os partidos e também em grupos organizados da sociedade. Pouco antes da eleição presidencial do ano passado, realizou-se de forma independente, sem validade real, mas com valor simbólico, um plebiscito com a população para pedir uma constituinte exclusiva para a reforma política.

No caso de uma constituinte, haveria uma eleição específica para eleger os representes do povo que iram se debruçar apenas sobre esse tema. O assunto é polêmico, pois juristas argumentam que o modelo proposto pelos movimentos sociais não é válido. O entendimento é de que uma constituinte não pode ser exclusiva. O que poderia ser feito é a paralisação dos trabalhos do Congresso com a finalidade de que os parlamentares já eleitos se dediquem exclusivamente a esse tema durante um determinado período. O grande problema é justamente o descrédito da popula-

ção em relação à capacidade daqueles que se beneficiam do sistema realizarem alterações que realmente tragam avanços. "É muita ingenuidade pedir a mudança de poder aos poderosos", disse o professor de direito Everaldo Maciel durante evento sobre o tema na Fecomercio de São Paulo.

Independente da maneira pela qual se dará a mudança, os temas são sensíveis, mexem com interesses distintos e não há consenso para quais modelos o sistema político brasileiro deve ser alterado. "Uma mudança é imperiosa, porém uma reforma verdadeira jamais poderá ser realizada exatamente por seus maiores beneficiários", pondera o historiador Célio Turino em referência aos atuais congressistas que, na avaliação dele, só permanecem no poder em função da legislação em vigor. "Qualquer mudança sob o atual quadro não passará de cosmética, podendo, até mesmo, restringir os mecanismos de participação popular ou alternância no poder", alerta.

NÚMERO DE PARTIDOS

No Brasil, participam do jogo democrático institucional mais de 30 partidos, parte deles com programas sólidos e objetivos claros para gestão da sociedade, tanto à esquerda quanto à direita do espectro ideológico, e outra parte constituída por interesses menos republicanos. Virou senso comum até entre especialistas apontar o excesso de partido - vale ressaltar que outras dezenas aguardam aprovação do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para serem oficializados - como um dos maiores problemas do sistema atual. □⇒

POLÍTICA



"Não existem mais de 30 filosofias diferentes que justifiquem a existência de tantos partidos", acredita o jurista Ives Gandra Martins. Entretanto, Turino, que articula a criação de um novo grupo político, enxerga a situação pelo lado da qualidade das siglas, não da quantidade. "De um lado há excesso, pois todos parecem muito iguais e, de fato, o são, tirando poucas exceções. De outro, há falta de partidos que construam um ideário em conjunto com o povo, bem como tenham mecanismos que evitem o seu corrompimento pelo sistema", pondera. Muitos fatores levam a isso, mas as regras eleitorais em vigor são, de forma praticamente unânime, consideradas um dos maiores problemas.

Atualmente, diversos partidos políticos, sem nenhuma ligação social ou sem nenhuma ideologia concreta, são constituídos com objetivo de acessar as verbas do fundo partidário e ganhar tempo de televisão na propaganda eleitoral. Esses fatores dão margem para a criação das chamadas legendas de aluguel, que funcionam como empresas e, em época de eleição, negociam o tempo de propaganda com as candidaturas dos grandes partidos. Estes, em troca, chegam a assumir compromissos pouco louváveis.

Por isso, para Turino, parte da solução está na proibição das coligações partidárias e da transferência do tempo de televisão e rádio de um partido a outro, pois isso, segundo ele, incentiva a mercantilização da política. Aliás, o assunto dinheiro e as formas de financiamento também são considerados temas de alta sensibilidade. "Há como promover mudanças institucionais que, ao menos, reduzam significativamente este quadro",

"Parte da solução está na proibição das coligações partidárias e da transferência do tempo de televisão e rádio de um partido ao outro"

analisa Turino. Mas esse é um ponto em que o consenso parece longe de acontecer.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHA

Partidos mais à esquerda, cuja pauta costuma ser mais social e de reformas mais profundas no sistema e que geralmente têm dificuldade de receber doações de grandes empresas, costumam defender o financiamento exclusivamente público. Isso, na visão dos defensores dessa teoria, diminuiria a influência do dinheiro de grandes empresas e corporações na política. Muitos doadores injetam milhões em campanhas de parlamentares, por exemplo, e isso, posteriormente, pode se refletir em mandatos mais antenados com os interesses privados do que públicos.

Já as siglas que se encontram mais à direita, cuja pauta é de reformas discretas ou mesmo a ausência delas e que contam com mais facilidade em obter doações, o problema não está na forma de financiamento. A crença é de que o problema não está na arrecadação e sim no gasto dessa verba durante as eleições.

Ao menos, neste aspecto, enquanto os lados parecem incapazes de chegar a um consenso, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga a constitucionalidade das doações privadas. A sessão foi paralisada por um pedido de vistas, que significa pedir mais tempo para analisar um processo, feito pelo ministro Gilmar Mendes. Entretanto, o placar até agora aponta pelo veto por parte da justiça deste tipo de doação. Marco Aurélio Mello, um dos que votou pela proibição, argumentou:

"Não vivemos uma democracia autêntica, mas um sistema político no qual o poder exercido pelo grupo mais rico implica a exclusão dos menos favorecidos".

Os gastos para se eleger um deputado, por exemplo, atingem a casa dos milhões. Dessa forma, como candidatos que contrariem o poder econômico podem ter força para ser eleito? Marco Aurélio ponderou, no julgamento, que os dados revelam o papel decisivo do dinheiro para o resultado das eleições. "O principal problema diz respeito ao abuso do poder econômico, político e religioso, que distorce o processo democrático, por isso, as mudanças deveriam incluir o impedimento de doações por pessoas jurídicas e um teto para doações e gastos em campanhas eleitorais", completa Turino.

Por outro lado, o historiador aponta que o financiamento exclusivamente público também é nocivo. "Partido político tem que existir em razão da vontade dos cidadãos de servir a sociedade, iamais em servir-se. Sendo assim, devem ser financiados por seus filiados e simpatizantes, jamais por dinheiro público ou de empresas" argumenta. "Uma real mudança na cultura política deveria recuperá-la para a ação das pessoas comuns, do cidadão, em moldes altruístas, modestos e sinceros, reduzindo o poder do dinheiro em eleições".

SISTEMAS DE VOTAÇÃO

Atualmente, inclusive pela questão do financiamento das campanhas, o Congresso Nacional é dominado por empresários e fazendeiros, com uma menor representação dos movimentos sociais, como sindicalistas e parlamentares engajados na defesa de minorias. O sistema de votação para eleger os deputados e vereadores é outro tema-chave na reforma política, mas cujo consenso também parece distante.

Por enquanto, o sistema em vigor é o proporcional com lista aberta, pelo qual o eleitor pode votar tanto no candidato como no partido. Após isso, é feita uma média, chamada de quociente eleitoral, e se define quantas cadeiras um partido ou coligação (que é a junção de vários partidos para uma disputa eleitoral específica) terá direito. Com base nessa conta, os mais bem colocados de cada partido, de acordo com o número de cadeiras conquistadas, são eleitos.

São várias as possiblidades de mudança. Os novos modelos propostos vão desde um sistema simples, em que entram os mais votados, até um sistema em dois turnos, em que o eleitor primeiro vota no partido, e assim se define quantas cadeiras cada sigla terá, e depois em um candidato específico para ocupar essas vagas.

O debate, entretanto, está mais centrado, em comissões que discutem o tema, nas ideias do voto em lista fechada, no qual o eleitor vota no partido - que irá previamente elaborar uma lista com o nome dos deputados que disputam as vagas -, do voto distrital, no qual as cidades ou estados são divididos em regiões menores e cada qual elege o seu representante, e um modelo que eventualmente mescle os dois sistemas.

O problema é que toda fórmula tem suas vantagens e desvantagens e por isso o debate é muito mais complexo. A dúvida é até onde os deputados estão dispostos a discutir as questões mais importantes e o receio é que a mudança seja só para acalmar os ânimos, sem uma melhora na qualidade da representação.

A REFORMA SAI?

Uma eventual reforma política incluiria esses e outros temas, mas um acordo em torno dessas alterações parece longe de acontecer. A presidente Dilma Rousseff chegou a tocar no assunto durante as eleições, mas não se sabe a real intenção de levá-lo adiante. A direção do Sintetel acredita que o tema precisa ser encarado com seriedade pelos políticos e pela população, que precisa cobrar reformas.

Por enquanto, só se sabe que com a eleição de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara dos Deputados, que inclusive já defendeu as doações privadas de campanha, a possibilidade de uma reforma política abrangente parece menor. Até por isso a ex-prefeita de São Paulo e deputada federal Luiza Erundina não teme em afirmar: "Não adianta reformar um tecido que está podre, desgastado, poluído, só vai aumentar o problema. Nós temos é que reorientar o sistema político". O único consenso, no fim das contas, é de que algo precisa ser feito, mesmo que ainda não esteja claro o quê. "Só há uma certeza: sem o povo em uma cidadania insurgente, não haverá mudança real", finaliza Célio Turino.

APOSENTADOS

Uuase sete décadas vividas.

Contudo, não quis trocar o certo pelo incerto e, em 1964, mudou-se para São Paulo para procurar emprego de mecânico de automóvel, curso que acabara de concluir pelo Senai.

Se você pertence à categoria dos telefônicos, certamente já ouviu falar de Carlos Delfino da Silva ou simplesmente Gardel, apelido que ganhou ainda na infância

POR MARCO TIRELLI

ascido em 4 de novembro de 1945, na cidade de Bauru, Carlos Delfino quase se tornou jogador profissional de futebol. Em 1963, na mesma época em que surgiu Rivelino no Corinthians, Gardel foi convidado para integrar o time de aspirantes do Noroeste Esporte Clube de Bauru. Gardel chegou a São Paulo em plena crise da renúncia do presidente Jânio Quadros. "O desemprego naquela época era grande e como eu já era noivo necessitava arrumar um trabalho", lembra. "Fazia uma peregrinação a pé do bairro da Penha até o Brás procurando emprego até que, finalmente, fui admitido na fábrica de elevadores Real". Em 23 de dezembro de 1965, Gardel casou-se com Rosemary Ribeiro da Silva, com quem teve cinco filhos. Atualmente, já são oito netos e uma bisneta.

Sem perder o amor pelo futebol, Carlos Delfino montou um time nos elevadores Real. "Fiz grandes amizades naquela época e por onde passei o futebol sempre foi a linha de frente na minha vida", diz. Após sair da fábrica de elevadores, Carlos foi trabalhar na metalúrgica Resil, que fazia encostos e assentos para automóveis. Na nova empresa, foi convidado por um amigo a fazer um teste de admissão na Companhia

"Fiz grandes amizades naquela época e por onde passei o futebol sempre foi a linha de frente na minha vida"

Telefônica Brasileira - CTB. "Fomos lá, no prédio da Rua Sete de Abril, falamos com sr. Castilho, fizemos o teste e mandaram que aguardássemos em casa", lembra.

Após 15 dias, Gardel foi chamado pela CTB. Em 14 de dezembro de 1967 foi admitido no cargo de praticante e trabalhador de linhas. "Na verdade, eu levantava postes, fazia buracos, travessias para passar cabos, cabos, enfim era um serviço pesado", relembra.

O primeiro prédio que Gardel trabalhou foi na Vila Mariana, na Rua Humberto I. "Sempre envolvido com futebol, neste local eu conheci um dos meus melhores amigos e compadre, o finado Ivo Ramos dos Santos, que também participava do Sindicato e organizava campeonatos", conta.

A VIDA SINDICAL

Foi por intermédio de Ivo que Gardel conheceu o Sindicato. "O Ivo Ramos era sócio do Sintetel, eu não, mas eu já tinha princípios sindicais", conta. "No Senai, além da profissão, ensinam também a teoria para defender a si próprio como trabalhador e a categoria da qual pertenceremos", explica.

Na verdade, o que levou Carlos Delfino a associar-se ao Sindicato foi, mais uma vez, a sua paixão pelo futebol. "Eu me associei ao Sintetel porque só quem era sócio podia jogar os campeonatos. Mas como eu tinha aquele princípio sindical, fui me destacando e o pessoal do Sindicato me chamou para participar mais ativamente", conta.





Em 1985, a categoria telefônica realizou uma grande greve em São Paulo. Ocasião em que Carlos Delfino, já como delegado sindical, destacou-se. "Eu saí com uma perua veraneio com oitos companheiros que ajudaram a fazer a greve no prédio no qual havíamos sidos destacados e a paralisação foi um sucesso", relembra.

Após a greve, Gardel foi chamado para compor a diretoria executiva do Sintetel. "Fui galgando cargos com a ajuda de companheiros como o Ivo, o Geraldo Vilhena, o Valdir Abranches e cheguei ao cargo de diretor Social por dois mandatos", conta.

Carlos Delfino foi muito atuante na diretoria social, época em que organizou diversos eventos para a categoria. "Tive a felicidade de realizar um campeonato de futebol para todo o estado de São Paulo. Fiz a tabela girar pelo estado de São Paulo inteiro. Peguei o campeão do interior para jogar com o campeão da capital e fizemos uma seleção da capital contra uma seleção do interior na preliminar da grande final, em São Paulo", relata. 🖙

APOSENTADOS

Quando foi secretário Geral do Sintetel, Gardel muito contribuiu para conseguir uma das mais importantes conquistas da categoria: o adicional de periculosidade. "Nós conquistamos o primeiro pagamento de periculosidade de 11% para supervisor, 12% para as pessoas que iam um pouco mais à área de risco e 22% para quem se expunha totalmente ao risco. Hoje conseguimos atingir os 30%," orgulha-se.

Ele também lembra que essa caminhada pelo adicional de periculosidade teve a participação do companheiro Salles [Benício Florêncio Salles é dirigente do Sintetel recentemente aposentado] e da perita engenheira Beatriz.

APOSENTADORIA

Após passar por vários cargos e funções, Carlos Delfino se aposentou em 1997 como supervisor dos técnicos de instalação, reparo e manutenção de rede. Em 2000, Gardel encerrou sua trajetória sindical e foi morar em seu sítio localizado entre os municípios de Brotas e Jaú. No rancho, Gardel montou um bar com uma pista oficial de malha. "Fiquei lá no sítio até 2005, porém minha esposa ficou doente e mudamos para Bauru por ser uma cidade com mais recursos", conta.

Após retornar a Bauru, Gardel militou por algum tempo no Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas. Aos 65 anos de idade, prestou vestibular com o objetivo de cursar Serviço Social na faculdade Anhanguera de Bauru.

Hoje, aos 69 anos, Gardel é Assis-





O atual diretor de Bauru e região, Jorge Luiz Xavier, Gardel e José Carlos Guicho, diretor Financeiro do Sintetel e diretor Regional da mesma região de 1998 a 2001

tente Social graduado e assessor parlamentar do deputado Pedro Tobias. E ele não pensa em parar por aí. "Estou desenvolvendo um projeto com a Secretaria da Educação de Piratininga. O objetivo é resgatar a cidadania das crianças", explica. Seu grande desafio agora é ampliar o projeto de resgate da cidadania para outras cidades e, quem sabe, no Brasil.

Carlos Delfino da Silva sente-se realizado por toda sua trajetória. "Pra dizer a verdade, eu devo muito ao Sintetel e agradeço a todos os que conviveram comigo, pois foram muito importantes na minha vida. Em especial, eu agradeço ao diretor regional da Baixada Santista, Genivaldo Barrichello, que colocou o meu nome em uma das salas do novo prédio da subsede. Eu entendo que minha missão tanto sindical quanto na empresa já foi cumprida. Agora quero trabalhar com projetos sociais", completa.

RY SCARABELL



Equívocos políticos agravam a situação hídrica na Grande São Paulo

POR LAURA RACHID

ma das maiores riquezas naturais do planeta, a água, que parecia infinita, se transformou em dor de cabeça para políticos, empresários e para a população em geral. Na Re-

gião Metropolitana de São Paulo, o colapso, principalmente no sistema Cantareira, não pegou o governo do Estado e consequentemente a Sabesp de surpresa. Eles já estavam sendo avisados há um bom tempo.

Em 2014, a situação hídrica já era desastrosa. Diversos habitantes chegaram a ficar mais de quatro dias sem abastecimento, mas o governo afirmava que não faltava água em São Paulo. "Alckmin 🔥

CIDADES

negou a crise por medo de ser prejudicado nas eleições para governador do ano passado. Por isso sua gestão não investiu em mudanças de padrões de consumo e não apresentou um plano de contingência", conta o engenheiro ambiental Fabio de Santis Campos.

Para a Sabesp, o grande culpado da seca nos reservatórios é São Pedro, que não manda chuva para São Paulo. "A situação climática continua complexa e não sabemos como serão os próximos meses", disse em evento o secretário estadual de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, Benedito Braga, que insiste em afirmar que não era possível prever uma situação tão alarmante.

Fábio de Santis, contudo, explica que a falta de água é muito mais complexa do que se imagina. "Ela está relacionada a diversas vertentes como desmatamento, falta de planejamento urbano, de infraestrutura e de investimentos em tratamento e coleta de esgoto", diz. "Sem contar as perdas de águas tratadas nas tubulações". Em 2013, por exemplo, a Sabesp perdeu 30% de toda a água produzida entre a estação e a caixa dos consumidores por conta de vazamentos causados pelo envelhecimento das tubulações.

O arquiteto Mario Cesar Lopes Nascimento nasceu e cresceu em Mairiporã, cidade paulista por onde passa um dos reservatórios do Sistema Cantareira. Mario revela que há 25 anos estuda o reservatório e que, em 1992, foi até o



Conselho Estadual do Meio ambiente informar que no futuro o Cantareira passaria por uma grande crise. "O secretário da época me mandou embora", lembra.

Mario Cesar não foi o único a prever o problema. "Antes de o sistema Cantareira ser implantado já existiam diversos estudos alertando para o seu provável esgotamento em 2000", afirma Fabio de Santis. Ele lembra que em 2009 a Universidade de São Paulo (USP) alertou o governo tucano de uma futura seca. O aviso estava no documento intitulado Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê. "O relatório propunha medidas para evitar o colapso do abastecimento de água, mas nada foi realizado para reverter a situação".

Em 2013, a Sabesp perdeu 30% de toda a água produzida entre a estação e a caixa dos consumidores por conta do envelhecimento das tubulações



Despoluir a represa Billings é uma das saídas para a crise da água em São Paulo

MENOS JOGO E MAIS TRABALHO

A Sabesp é uma empresa brasileira controlada pelo governo do Estado de São Paulo. Ela é responsável pelo fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto de toda a região. O governo do Estado detém 51% de suas ações. O restante do capital da empresa é negociado nas bolsas de valores de São Paulo e Nova Iorque.

Fabio critica a falta de investimento da companhia e afirma que a maior parte dos ganhos da empresa vai para os acionistas. "Ao longo dos anos, o lucro da Sabesp chegou a 17 bilhões de reais, sendo que houve repasse de 60% desse valor aos acionistas. Esse dinheiro deveria ter sido investido em prevenções para diminuir o impacto da crise, como previa as medidas do estudo da USP".

As críticas à empresa não param por aí. Um dos deveres da Sabesp é tratar esgotos e o da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) é preservar e recuperar a qualidade das águas da região. Mas elas não estão cumprindo os seus papéis. "A Sabesp joga água poluída do Rio Pinheiros e Tietê na Billings com a conivência da CETESB", denuncia o advogado ambientalista e presidente do Movimento em Defesa da Vida (MDV) do ABC, Virgílio Alcides de Farias.

Com capacidade para 1,2 trilhões de litros, a represa Billings é o maior reservatório de água e manancial da região Metropolitana de São Paulo. Segundo o estudo "Billings 2000", realizado pelo Instituto Socioambiental, ela poderia abastecer cerca de 4.5 milhões de habitantes, porém sua água encontra-se inapropriada. "Ao não coletar, transportar e tratar os esgotos, a Sabesp opera em benefício de seus acionistas. Além disso, o governo atende interesses imobiliários, criando currais eleitorais nos mananciais", critica Virgílio.

Diante de um problema que pode ficar ainda pior, já que os reservatórios estão com volume muito baixo mesmo com as chuvas mais recentes, o presidente do MDV acredita que despoluir a Billings é uma das grandes saídas para o fornecimento de água da região. "Por lei, a Billings tem a função de abastecimento público da Grande São Paulo. Sem a represa recuperada e preservada, inviabiliza o desenvolvimento social e econômico de São Paulo", explica Virgílio.

Censura?

Meios de comunicação tentam confundir debate sobre regulamentação da mídia como forma de manter privilégios

POR EMILIO FRANCO JR.

ntervalo. No comercial, meninos e meninas brincam com carrinhos, bonecas e outros tantos bringuedos que prometem transformar o tédio em momentos de puro prazer. Dificilmente essa propaganda atrairia a atenção de um adulto, afinal, o objetivo é fazer com que as crianças desejem comprar o produto. Isso é justo? Pensando nisso, o governo decidiu proibir toda publicidade infantil com a intenção de persuadir as crianças para o consumo de qualquer produto ou serviço. Essa medida é um exemplo de regulamentação da mídia.

Antes de começar um programa na televisão, às vezes um recado passa despercebido. É aquele que diz se a programação a seguir é recomendada para todas as idades ou para um público específico. Esse é outro exemplo de regulamentação da mídia. Outro caso simbólico foi a proibição da propaganda de cigarros.

Os três casos acima mostram que a regulamentação não é um bicho de sete cabeças como muitos órgãos de comunicação tentam fazer parecer. Impor regras para os veículos de mídia é bastante diferente de censura. A regulamentação, que pode ser de conteúdo e econômica, nada mais é do que um conjunto de regras para garantir a proteção do interesse público contra o interesse do lucro, a democratização da informação e a pluralidade de visões.

O novo ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, garantiu que o tema será prioridade da sua pasta neste segundo mandato da presidente Dilma Rousseff. As regras, que devem ser fruto de um amplo debate com movimentos sociais e órgãos de comunicação, conforme promete o próprio Berzoini, atingiriam apenas as emissoras de rádio e televisão, cuja concessão é pública, portanto, pertencente ao governo e à população. O que pouca gente sabe é que a Constituição brasileira de 1988 já previa a regulamentação dos meios de comunicação, algo que até hoje não saiu do papel em função da resistência dos grandes grupos de mídia do País.



POR QUE RESISTEM?

Um dos pontos principais para a oposição da mídia brasileira é, na visão de estudiosos do setor, manter inalterada a atual situação de concentração econômica e de ausência de pluralidade. Trocando em miúdos, o que os grupos de comunicação não querem é dividir o mercado, e consequentemente, receita e audiência com novos grupos do setor e, mais do que isso, perder influência na hora de formar a opinião dos espectadores e ouvintes.

Em entrevista a blogueiros e mídias independentes, a presidente Dilma Rousseff disse acreditar que onde há concentração de poder econômico dificilmente ha-

TELECOMUNICAÇÕES



verá relações democráticas. "Vamos impedir que oligopólios e monopólios se estabelecam e se instalem e os existentes têm de ser modificados".

No Brasil, existem seis famílias que controlam 70% da imprensa. Elas são donas de emissoras de televisão aberta e por assinatura, rádios, jornais, gravadoras e produtoras. Exemplo emblemático são as organizações Globo, que concentram 70% do mercado publicitário. Além disso, essas famílias, por meio de seus diversos veículos, dão voz a um mesmo tipo de discurso, com visões política e social extremamente semelhantes. Não é necessário ser especialista para concluir que este cenário prejudica a pluralidade de opiniões e torna a população mais facilmente manipulável.

Os Estados Unidos, por exemplo, já estabeleceram há décadas regras para os meios de comunicação. Donos de empresas de jornais e revistas não podem controlar também canais de rádio e televisão. A justificativa para isso é parecida com o discurso encampado pela presidente Dilma. Para eles, a concentracão de poder em termos de difusão da informação é prejudicial para a democracia.

REGULAMENTAÇÃO DE CONTEÚDO

A Unesco, organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, defende não só a regulamentação econômica, mas também a de conteúdo. Essa é uma forma, justifica o órgão, de promover a diversidade cultural, garantir a proteção dos cidadãos contra material que incite o ódio, a discriminação e o crime e contra a propaganda enganosa, além de proteger crianças e adolescentes de conteúdos

No Brasil, existem seis famílias que controlam 70% da imprensa. Elas são donas de emissoras de televisão, rádios, jornais, gravadoras e produtoras

Os EUA já estabelecem há décadas regras para os meios de comunicação

nocivos e defender a cultura nacional.

"Sou favorável à exigência para ter conteúdo regional e diversidade cultural", afirmou Dilma no encontro com blogueiros. Por outro lado, contraditoriamente, a presidente fez questão de defender apenas a regulamentação econômica e de negar a de conteúdo. Talvez, a própria Dilma tenha sido confundida pelo discurso protecionista dos atuais grupos de comunicação.

"Regular o conteúdo é impor regras de funcionamento visando o bem coletivo, o que é completamente diferente de censurar o que será veiculado", acredita Almir Munhoz, presidente do Sintetel. Outro exemplo de norma fruto da regulamentação de conteúdo é o estabelecimento de um limite de tempo para propagandas e anúncios.

Impor regras aos veículos de comunicação de concessão pública talvez seja fundamental para evitar o que profetizou, anos atrás, o jornalista e escritor Joseph Pulitzer, que hoje empresta seu nome ao principal prêmio dessas profissões: "com o tempo, uma imprensa cínica, mercenária, demagógica e corrupta formará um público tão vil como ela mesma". É preciso temer a ditadura do discurso único.

Em qual Dilma acreditar?

"Nem que a vaca tussa", disse a ainda candidata Dilma Rousseff sobre mexer nos direitos e benefícios dos trabalhadores

POR CINDY ALVARES



Dilma Roussef durante campanha em agosto de 2014

insatisfação de parte significativa da população brasileira com a gestão Dilma Rousseff veio à tona quando milhões de pessoas foram às ruas de diversas cidades em 2015 para protestar contra a má atuação do governo, a corrupcão no País, entre outros problemas. Movimentos sociais também organizaram protestos nacionais que, apesar de apoiar o governo, lutavam pela revogação das Medidas Provisórias 664 e 665, que alteram benefícios trabalhistas. Dil-

ma, enquanto candidata, tinha dito que não mexeria em direitos dos trabalhadores "nem que a vaca tussa".

A perda de apoio generalizado junto à população, após Dilma escolher penalizar os que apoiaram sua reeleição, ficou evidente nas pesquisas de opinião. Para se ter ideia, na avaliação CNI-Ibope publicada no início do primeiro mandato, Dilma tinha a confiança de 74% da população. Já no início do segundo, o mesmo percentual de pessoas diz não confiar nela, o mais alto índice de desconfiança de um presidente em 20 anos.

De acordo com o historiador Célio Turino, o principal motivo é o sentimento de traição. "O governo agiu com desonestidade política e intelectual ao não sinalizar na campanha eleitoral que este seria o caminho que adotaria a partir de 2015", analisa. "Pensou apenas no vencer a qualquer custo e sob uma marquetagem superficial e aética."



Representantes das centrais sindicais negociam a revogação das Medidas Provisórias com os ministros da Secretaria-Geral da Presidência, da Previdência Social, do Planejamento e do Trabalho e Emprego

Até mesmo entre os próprios eleitores de Dilma a queda de aprovação foi grande. De 63% para 22%. "Depositamos a confiança nela. Esperemos que ouça, principalmente, as vozes dos trabalhadores e dos movimentos sociais que a elegeram", comenta o estudante de direito André Stevan, que votou em Dilma.

A VACA NÃO PRECISOU TOSSIR

Diante da ameaça à reeleição da presidenta que os dois principais adversários da campanha eleitoral representavam, o PT iniciou uma campanha de desconstrução de Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB) baseada em contradições nas trajetórias dos oponentes.

Em conversa com empreendedores em São Paulo, em setembro, a candidata Marina acenou que, se eleita, modificaria as estruturas trabalhista e tributária em vigor. Já no dia seguinte, a presidenta Dilma Rousseff recortou o discurso da ex-senadora e, em mais uma estratégia de campanha, retrucou: "Décimo terceiro, férias e hora extra não se mudam nem que a vaca tussa", disse em passeata no interior paulista. A expressão popular, mais tarde, se tornaria um dos lemas da petista durante as eleições presidenciais.

No final de setembro, militantes de diversas centrais sindicais realizaram uma mobilização nacional denominada "Nem Que a Vaca Tussa". O nome foi uma referência à frase dita pela presidenta no mesmo mês. O ato teve o objetivo de pressionar os candidatos à presidência a assumirem o compromisso de, caso eleitos, não alterarem a legislação trabalhista. Na ocasião, Dilma garantiu que sempre dialogaria com os representantes dos trabalhadores.

As promessas de manutenção e progresso no que se referia ao emprego, direitos trabalhistas e projetos sociais, como o Bolsa Família, foram o "carro forte" da campanha de Dilma. Entretanto, apenas dois meses depois de reeleita num segundo turno acirrado, em dezembro o governo federal



anunciou unilateralmente as Medidas Provisórias que modificaram para pior o acesso de benefícios trabalhistas e previdenciários. "Alguma coisa a presidenta teria que fazer para conter a crise. Mas ela sempre deixou claro que não tomaria nenhuma media impopular", conta Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores).

"PACOTE DE MALDADES"

A vitória da petista, em 26 de outubro de 2014, ampliou para 16 anos o ciclo do PT na presidência da República. "O povo brasileiro tem o direito de dizer como uma orientação para o meu novo mandato: nenhum direito a menos, nenhum passo atrás", disse Dilma na posse, em 1ª de janeiro de 2015.

Apesar do discurso, o movimento



Protesto das centrais sindicais pela revogação das MPs 664 e 665, em janeiro de 2015

sindical se manteve desconfortável com as ações do governo. Até que, em janeiro, as centrais publicaram uma nota conjunta que reivindicava a revogação das Medias Provisórias (MPs). "A presidenta disse que não mudaria, depois mudou e em seguida disse que não haverá retrocesso? Foi até difícil de entender", analisou Ricardo Patah sobre a contradição de Dilma. "Na reunião que tivemos em dezembro, em

nenhum momento ela nos consultou para ao menos negociar e disse que preservaria políticas de emprego e renda, de reajuste do salário mínimo e de correção da tabela de IR, entre outras coisas."

As mudanças anunciadas fazem parte das MPs 664 e 665/2014 que afetam o seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso (PIS), pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-reclusão. De acordo com o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), elas devem causar impactos consideráveis sobre a vida de milhões de brasileiros. O governo federal justifica a adoção dessas medidas como uma forma de ajuste das contas públicas, alegando que poderão gerar uma economia de gasto de R\$ 18 bilhões. Outro argumento do governo para a im-

As Medidas Provisórias

Entre outros itens, o texto inicial da MP 664 altera o auxílio-doença recebido pela Previdência Social. Anteriormente, a empresa pagava apenas os 15 primeiros dias de afastamento do trabalho por motivos de doença. Depois desse período, a Previdência pagava. Agora, o empregador paga até o 31º dia.

A MP 664 também interfere nas re-

gras para a concessão da pensão por morte. Com ela, o viúvo (a) precisa comprovar se o (a) falecido(a) contribuiu com INSS por pelo menos 24 meses e se estava casado (a) ou em união estável por dois anos. Além disso, o (a) viúvo (a) recebe apenas 50% do valor da pensão integral e mais 10% por dependentes. O benefício também só será vitalício para viúvas que tiveram mais do que 44 anos.

Com a Medida Provisória 665, para receber o valor integral do PIS, o empregado terá que ter trabalhado 180 dias no ano, e não mais 30; caso contrário, receberá de forma proporcional. O Dieese estima que 9,94 milhões de pessoas serão excluídas do programa. Para o departamento, a medida terá impactos na população mais vulnerável do mercado de trabalho já afetada por baixos salários e alta rotatividade, como no setor de teleaten-

plantação das MPs é que elas contribuiriam para o combate às fraudes e às distorções na utilização dos beneficios.

Em nota, o Dieese destaca que as centrais sindicais, que historicamente têm atuado no combate ao mau uso de recursos públicos, reconhecem a necessidade de mais transparência e maior controle social em sua gestão. Mas consideram um equívoco que a correção dessas distorções se dê por meio de ações que penalizem os trabalhadores, restringindo ou retirando direitos conquistados. "Além dos beneficios retirados, ainda têm aqueles nunca dados, como o reajuste real das aposentadorias para quem recebe acima de um salário mínimo", complementa Almir Munhoz, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecom de São Paulo - Sintetel-SP.

Não bastasse, o governo Dilma anunciou no início do ano o aumento da taxa básica de juros (Selic) para 12,25% ao ano e o crédito para pessoa física (IOF) de 1,5% para 3,5%. Elevou também a tarifa na conta de luz, o imposto sobre a gasolina e para produtos importados e sugeriu que a correção da tabela do Imposto de Renda ficasse em 4,5% (ao contrário dos 6,5%, já que a inflação de 2014 fechou em 6,41%). "As medidas fazem parte de um pacote fiscal necessário para alcançar o superávit estipulado pelo governo", explicou o ministro da Fazenda Joaquim Levy, em março de 2014, quando também sinalizou que o governo está "pronto" para tomar novas medidas. "O movimento sindical está surpreso por tais ações terem partido de uma presidente que se diz ser defensora da classe trabalhadora", rebate Almir Munhoz.

PRESSÃO DO MOVIMENTO SINDICAL

As centrais sindicais articularam em todo o País uma série de protestos pela revogação das mudanças feitas pelo governo. Além disso, exigiram um diálogo com a presidente, que desde o discurso da posse, em 1º de janeiro, não havia se pronunciado publicamente.

Depois de várias reuniões com ministros, as centrais conseguiram que, ao menos, o Congresso negociasse o tempo para a concessão do seguro-desemprego e a revisão da tabela do Imposto de Renda (o governo aplicou um reajuste por escala para impactar em menor grau aqueles que ganham menos).

"Além disso, propusemos ao governo outras alternativas para alcançar o valor pretendido com as MPs sem que atinjam os trabalhadores como, por exemplo, taxar as grandes fortunas. Sugerimos também a diminuição da Taxa Selic (juros), pois a cada 1% de diminuição na taxa é feita uma economia de R\$ 24 bilhões. Mas a presidenta não quer mexer com peixe grande", explica Patah."O cidadão já está enfrentando a crise da água, no setor elétrico, aumento dos preços, entre tantos outros problemas. Mexer nas garantias dos trabalhadores é muita iniustiça. É um retrocesso", conclui.

dimento e construção civil. "Por isso continuamos lutando para pressionar a aprovação do projeto que regulamenta a profissão de Teleoperador. Com isso, conseguiremos proteger a categoria de vários fatores de precarização, como a rotatividade", conta o presidente do Sintetel, Almir Munhoz.

Até o mês de março, o seguro-desemprego era concedido ao trabalhador empregado por, pelo menos,

seis meses em dois anos. Com o texto inicial da MP 665, a primeira concessão só poderia ser feita àqueles que tivessem trabalhado por 18 meses. A principio, o governo pretendia aumentar de 6 para 18 meses. Após negociação, a Câmara aprovou o texto que exige 12 meses. Segundo o Dieese, cerca de 4,8 milhões de pessoas a mais não terão direito ao benefício. Para o sindicalista Ricardo Patah, entre as mudanças, essa

é a mais cruel, pois atingirá, principalmente, o setor de serviços, que ainda é a primeira opção de emprego para milhões de jovens brasileiros.

As Medidas Provisórias têm a validade de 120 dias. Para se tornarem leis, devem passar pelo crivo do Congresso Nacional, local no qual são passíveis de mudanças. O projeto final ainda precisa ser sancionado pela presidente.



Superação

Nany Martins contraria a medicina e troca a lamentação pelo trabalho social

POR LAURA RACHID

médico chegou a me dizer que eu não chegaria aos 30 anos". A sentença não foi suficiente para desanimar Elaine Martins. Atualmente aos 32 anos, Nany, como é chamada, já viveu tanta coisa que suas histórias não caberiam apenas em um livro, precisariam de uma série de publicações.

A paulista cresceu junto aos pais e mais quatro irmãos na extrema pobreza. "Passei fome até mais ou menos os meus 21 anos. Tinha dia que éramos acordados por ratos passando em cima da gente. Era muito pesado e cresci sabendo que não queria mais isso para a minha vida". Nany dedicou-se aos estudos, formou-se em administração e quando menos percebeu, já era uma bancária.

Amante de esporte, ela rompeu o ligamento do joelho da perna direita lutando muay thai. Ela tinha 28 anos e precisou fazer uma cirurgia de reconstrução de ligamento. Vinte dias depois a perna parou de evoluir e começou a encolher. Nany não conseguia alongar e muito menos dobrar a perna direita. Os médicos não tinham explicação para o que estava acontecendo.

Sempre tenho alguma doação no carro" "A dor era exacerbada. Tinha que

é 24 horas.

ficar à base de morfina. Foram quatro cirurgias em oito meses". Devido aos fortes remédios que ela estava tomando, sofreu um AVC a caminho da quinta cirurgia. "Perdi todos os movimentos do pescoço para baixo. Fiquei algumas semanas assim e aos poucos o movimento foi voltando".

Foram vários tratamentos e idas e vindas ao hospital. Cerca de um ano depois da primeira cirurgia, aos 29 anos, os médicos descobriram o que ela tinha: Síndrome de Sudeck. Doença degenerativa rara e sem cura em que, quando há um machucado, no lugar do corpo trabalhar para a cura, ele canaliza todas as suas potências na dor. A doença vai comendo o membro lesionado e a perna acaba travando. "A dor é tão forte que os médicos costumam indicar a amputação", explica Nany, que ouviu de um médico que não iria sobreviver com a doenca.

Diante de um túnel aparentemente sem saída, Nany desenvolveu sozinha tratamentos que poderiam ter efeitos positivos em seu corpo. "De todos os casos que eu vi, eu fui a única que conseguiu ser bem sucedida. A maioria dos pacientes é cadeirante, depressivo e depende de terceiros para qualquer atividade".

Com ajuda de um personal trainer, a primeira etapa foi tentar levantar a perna. Ela treinava todos os dias. Após algumas semanas, a perna começou a ganhar movimento. "Em seis meses eu já tinha movimentos musculares. Ao invés de andar com muletas eu andava com bengala. Oito meses depois já estava correndo no bairro. Comecei a ganhar massa. Quando me dei conta estava com corpo de atleta. Tinha 30 anos."

Nesse período começou a praticar canoagem, já que é um dos poucos esportes que não causa lesão. Em seis meses de treinamento foi convocada para representar, em 2014, o Brasil no mundial. Nany competiu ao lado de esportistas que treinavam há mais de cinco anos.

Com 32 anos, ela já foi internada 20 vezes e passou por sete cirurgias.



Os médicos gueriam amputar sua perna direita. Hoje ela usa o skate para ter equilíbrio e coordenação

De vez em quando ela ainda manca e também surgem problemas em outras partes do corpo. Nany não pode tomar medicações e tem que aguentar as dores. Vira e mexe está no hospital. Chegou a ficar afastada do trabalho pelo INSS, mas o prazo acabou e o órgão insiste que ela está apta a voltar a trabalhar.

Nany começou a compartilhar suas histórias na internet e atualmente têm diversos admiradores. "Tenho uma seguidora que está com obesidade mórbida e o médico deu prazo de vida a ela. Mesmo assim ela se matriculou em uma academia e vai lutar para sobreviver".

Além de inspirar pacientes a lutarem pela sua saúde, Nany atua em diversos projetos sociais e ressentemente criou o Nany Martins Ações Sociais. Ela escuta a história da pessoa para conseguir enxergar seus pontos positivos e negativos. A ideia é preparar o cidadão para o mercado de trabalho. Outro foco é fazer com que jovens e adultos troquem a rua e a droga pelo esporte. "Ajudar o outro foi a maneira que encontrei de me sentir completa", conta.

Diante de tanta vontade de ajudar e de muita superação, Nany realizou o sonho de levar alegria às crianças que estão à beira da morte, não só no Brasil, mas também nos países mais pobres do continente africano. "Troquei cadeira de rodas, muletas e a fisioterapia pelo esporte. Troquei futilidade por generosidade. Troquei viagens por finais de semana ajudando famílias carentes. Troquei o espaço vago do meu apartamento por caixas e sacolas de doação. Troquei meu olhar de piedade por ação".

Rumo à Africa

Devido à dificuldade financeira, Nany criou uma espécie de "vaquinha online" para pagar as despesas da viagem à África. Para contribuir acesse o site http://goo.gl/ia5FyW





Atalho para a interatividade

Lido pela maioria dos smartphones, QR Code derruba barreiras entre as informações estáticas e dinâmicas

POR CINDY ALVARES

arece mais uma partida fracassada do antigo jogo eletrônico Tetris. Mas, trata-se de um enigma que de forma simples pode ser decifrado pela câmera de um smartphone ou de um tablet. Os QR Codes (códigos rápidos, em inglês) estão cada vez mais presentes no dia a dia das pessoas. Com ele, é possível interagir com diversas informações. Após ser escaneado por um aplicativo, esse código de barras em 2D (imagem acima) passa a ser um trecho de texto, um número de telefone ou um link que redirecionará o acesso a um conteúdo publicado em algum site.

Seja posicionando o código na vertical ou na horizontal, o QR permite, por meio de um aplicativo específico, que a maioria dos aparelhos com sistemas operacionais Android, iOS, Windows Phone ou similares leiam seus dados. Se o código contiver um texto, por exemplo, seu conteúdo aparecerá sem a necessidade de acessar a internet do dispositivo. É diferente do que acontece com o código de barras comum, encontrado nas embalagens de quase todos os produtos, em que a leitura das linhas verticais só pode ser realizada por sistemas computacionais específicos.

Embora para alguns a tecnologia ainda pareça estranha, o uso do sistema tem sido aplicado em diversas áreas. A curiosidade em descobrir o mistério que há por trás dos símbolos instiga. De anúncios publicitários a complementos de conteúdos editoriais em revistas e jornais, os códigos se tornaram uma estratégia de comunicação diferente para conquistar a atenção do público. Porém, eles também são explorados para a prestação de serviços simples, uma vez que o custo para transformar uma informação estática em QR Code interativo é zero.

POSSIBILIDADES

A prefeitura de São Paulo aplicou QR Codes em vários pontos de ônibus da cidade. Desde junho de 2014, o usuário do transporte público pode obter informações em tempo real sobre itinerário. O código disponível nos informativos encontrados nos pontos, quando lido, leva o paulistano à página da SPTrans (empresa responsável pelo transporte público viário da capital) que informa os horários de ônibus e linhas disponíveis naquela região. "Isso facilita a minha escolha pela linha mais adequada enquanto aguardo a chegada do ônibus",

TECNOLOGIA

comenta a estudante Thais Duarte. que sempre utiliza as informações dos QRs nos pontos de Itaquera, Zona Leste de São Paulo.

Outra aplicação simples do código já está disponível em alguns shoppings do Brasil. Ao estacionar, o cliente aponta o leitor para o QR do pilar mais próximo de seu veículo. O aplicativo transforma o código em uma mensagem que informa a localização. Após as compras, basta acessar o histórico dos últimos QR Codes lidos para que o telefone mostre o piso e o setor onde a pessoa estacionou o seu carro. "A ideia já alcança estacionamentos de diversos estados brasileiros, como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, entre outros. Já se tornou uma tendência e sinônimo de modernidade", analisa o coordenador do curso de Engenharia da Computação da FIAP, professor Almir Meira.

Mas os QR codes não servem somente para grandes iniciativas de comunicação. Qualquer um pode fazer seu material codificado. Al-



QR code indica o local onde a pessoa estacionou o seu carro no Shopping D, em São Paulo

guns sites criam QR Codes com a informação que a pessoa quiser. Uma mensagem SMS ou uma foto pode ser enviada através dos códigos, até mesmo o endereço da página no Facebook. Tudo pode se tornar um QR Code. Fica limitado a imaginação de cada um.

Dandara Monteiro é produtora audiovisual e produziu um cartão de apresentação com um código no verso que, ao ser escanaeado, já salva seu número de telefone e email na lista de contatos do celular. "A princípio, os clientes ficaram curiosos para saber do que se trata. Quando eu explicava o segredo do código, a reação foi unânime: 'nossa, que moderno", conta a produtora, que pretende aprimorar o cartão com um código para redirecionar o conteúdo para um site com seu portfólio.

Além da praticidade de poder decodificar o QR em qualquer lugar que estiver, o professor Meira explica que também é possível escanear códigos que contenham borrões ou até mesmo informações incompletas. "A parte ilegível normalmente é apresentada com pequenos erros e símbolos no lugar das letras e números. Mas ainda assim podemos chegar ao redirecionamento indicado pelo código."

RISCOS

O termo QR Code é uma marca registrada da Denso Wave Incorporated, empresa do grupo Toyota. Inicialmente, o código tinha a finalidade de facilitar a identificação das partes de carros nas fábricas e também o processo de logística. Com a popularização do sistema, a empresa abriu mão dos lucros e autorizou o uso livre do QR Code em todo o mundo.

O escaneamento do código permite o acesso a qualquer site. Por isso, se tiver conteúdo malicioso, é possível encontrar problemas como pornografia ou vírus. Almir Meira alerta que "é importante conhecer a origem de quem emitiu o código e, como sugestão, os usuários deste tipo de solução devem sempre procurar utilizar essa tecnologia em QRs de empresas, sites e pessoas conhecidas".

Acesse o QR Code ao lado com o seu celular para visualizar um dos canais de comunicacão do Sintetel.



Como ler o QR CODE?

Para a leitura do QR code é necessário que o celular, smartfone ou tablet tenha uma câmera fotográfica e um aplicativo leitor. Alguns aparelhos já vêm com o app instalado, mas a grande maioria não. Listamos alguns aplicativos gratuitos e confiáveis para fazer o download nos respectivos sistemas operacionais:



Windows Phone - QR Code Reader | Scan - QR Code | QR Reader. iOS - NeoReader | QR Reader | I-nigma QR Code | Android - QR Code Reader | QR Reader | QR Droid Code Scanner Blackberry - Neoreader | I-nigma | Beetag | Beetag |

ACONTECEU





Atento Brigadeiro Galvão: Mobilização vitoriosa levou a readmissão de trabalhadores demitidos em fevereiro de 2015





Maior assembleia da história da Claro aprova Acordo Coletivo 2013/2015



Na GVT, trabalhadores aprovam Acordo Coletivo 2014\2015



Atento Barra Funda: Mobilização contra alterações em regras e critérios da empresa em março de 2015



Dirigentes do Sintetel entregam pauta de reivindicações dos trabalhadores das prestadoras à presidente do sindicato patronal



Trabalhadores da Embratel dizem sim ao Acordo Coletivo 2014/2015

ACONTECEU I



Aprovação da Convenção Coletiva 2015/2016 das prestadoras de serviços em telecom



Acordo Coletivo 2014/2016 aprovado na TIM



Trabalhadores da OI aceitam proposta para Acordo Coletivo 2014/2016



Mais de mil mulheres na homenagem do Sintetel ao Dia Internacional da Mulher 2015 na capital



Leila Navarro levou conscientização sobre a força da mulher na homenagem do Sintetel ao 8 de março no interior, em São José do Rio Preto



Assembleia aprova proposta orçamentária 2015



Equipe do Sintetel que ajudou a fazer os eventos em homenagens à mulher

Retratos da vida

Os destaques da temporada de premiação abordam ao mesmo tempo a simplicidade e a complexidade do viver

POR EMILIO FRANCO JR

vida imita a arte ou a arte imita a vida? A indagação é antiga, a resposta, incerta. Dois dos mais premiados filmes de 2014, recém-consagrados no Oscar, a maior festa do cinema, dedicam-se justamente a, por meio da arte, retratar a vida, enquanto discutem justamente questões pertinentes tanto ao existir quanto à própria arte.

Boyhood - da Infância a Juventude retrata, como denuncia o subtítulo nacional, o crescimento de um garoto desde os seis até os 18 anos. Até aí, nada de excepcional, não fosse o esforço artístico do diretor Richard Linklater de acompanhar realmente ao longo desse período todo o crescimento do mesmo garoto, ano após ano, assim como de todo os atores, não importa a idade, envolvidos na produção. O que se vê na tela, e a única coisa a denunciar o passar do tempo, é o envelhecimento real dos personagens, em cenas comuns e simples que fazem o público se sentir refletido na tela.

"Os personagens não estão tentando emitir nenhuma grande declaração sobre amadurecimen-



to, são apenas os momentos de suas vidas. Há muito drama ao redor deles, mas é tudo muito balanceado, o que é dramático, o que não é dramático, o que é poético, o que é banal", explica o diretor Richard Linklater. Justamente pela sua simplicidade, o que o torna ainda mais real, houve quem não gostasse de Boyhood apesar de todo o reconhecimento por parte da crítica e da indústria cinematográfica. Essa última, aliás, deu o braço a torcer por se tratar de uma produção independente, ou seja, realizada sem o apoio dos grandes estúdios de cinema dos Estados Unidos.

Patrícia Arquette, que venceu o Oscar de atriz coadjuvante pelo papel da mãe do menino central da história, resume o porquê de algumas pessoas terem encontrado dificuldade em perceber a beleza de Boyhood. "Tudo se resume ao fato de acharmos que grandes momentos como formatura e casamento são os que marcam a vida quando, na realidade, talvez a vida seja os momentos que passam entre esses acontecimentos".

O que os filmes dessa temporada parecem querer dizer é que a vida é simples e o que a marca são os aprendizados e as experiências do cotidiano. Aprofundando um pouco mais esse retrato, o grande vencedor do Oscar. Birdman ou (A Inesperada Virtude da Ignorância), foca na desnecessária complexidade que as pessoas fazem do existir. "A vida de certo modo pode ser trágica ou cômica, depende da maneira como você encara os acontecimentos", acredita Alejandro González Iñárritu, premiado como melhor diretor.

Birdman conta a história de um ator que, no passado, virou uma celebridade ao encarnar nas telas de cinema um super-herói de sucesso. Anos mais tarde, ele tenta o reconhecimento na Broadway para provar a si mesmo e às demais pessoas que é um artista talentoso, livrando-se do personagem que lhe deu fama e dinheiro. "Ele está desesperadamente tentando ser relevante, ser amado e respeitado", explica Emma Stone, que interpreta a filha do protagonista e é uma das poucas imunes às imposições sociais e aos valores dispensáveis que cercam as pessoas. O curioso é que o ator principal de Birdman, Michael Keaton, tem traietória semelhante. Entre o fim da década de 80 e o início da de 90, ele deu vida nas telas ao super-herói Batman.

Com esse enredo, o filme critica os caminhos vazios que as pessoas percorrem em busca de atribuir alguma relevância às suas existências. "É uma jornada de validação, da busca pelo aplauso, pelo reconhecimento para ter o ego alimentado. Mas quando você faz isso, você sempre encara



a desilusão", acredita Iñárritu, que retratou a vida por meio de outro louvável esforço artístico.

O diretor optou, para manipular a passagem do tempo, em fazer um grande plano sequência falso, ou seja, criou a sensação de que tudo fora filmado sem cortes. "A vida, no fim das contas, é uma tomada única. Acordamos de manhã e não escapamos, não temos fugas, momentos de corte, ela é fluída de acontecimentos e momentos", explica. "Eu queria que o público encarasse tudo pelo ponto de vista do personagem, seguindo seus passos, em um fluxo contínuo de emoção sem a possibilidade de escapar".

Arriscado esteticamente, Birdman apresenta uma trilha sonora disfuncional para mostrar que a vida é um percurso torto, com desafinadas e acertos. "O filme é engraçado, aí muda, passa a ser obscuro, daí engraçado de novo, depois muito triste", diz Michael Keaton. Qualquer semelhança com a vida, definitivamente não é mera coincidência.

A arte imitou a vida e *Birdman*, entre tantos níveis de intepretação possíveis, ainda aborda o que a vida tem feito da arte. Não à toa o personagem tenta se desgarrar da imagem do super-herói, afinal, teriam sido essas franquias também responsáveis por criar uma sociedade que venera as experiências cinematográficas alucinantes em detrimento da arte. Recado muito bem assimilado e valorizado pelo Oscar.



POR JOÃO GUILHERME VARGAS NETTO, CONSULTOR SINDICAL

á duas lutas conjunturais a serem enfrentadas pelo movimento sindical e que exigirão dele, além da unidade de ação e da capacidade de mobilização, um esforço efetivo de alianças mais amplo que sua base natural de sustentação.

Refiro-me à coalizão capital - trabalho para o enfrentamento das medidas provisórias 664 e 665 e do projeto de lei da desoneração nas empresas e a luta contra os efeitos nefastos aos empregos e direitos trabalhistas decorrentes do escândalo de corrupção na Petrobrás e em várias empreiteiras.

No primeiro caso, além dos aspectos relativos à pressão no Congresso Nacional e às negociações com o governo e os partidos políticos, a coalizão deve avançar para um verdadeiro pacto produtivista que, além de contestar as medidas conjunturais de ajuste, aponte um caminho de retomada do desenvolvimento, com garantia de emprego e salário e que, portanto, colide frontalmente com a plataforma dos rentistas que defendem juros estratosféricos, morte do crédito e importações de bens industriais e serviços de toda ordem.

O movimento sindical precisa levar em consideração os esforços já feitos em datas recentes, seja com a "Agenda para um projeto nacional de desenvolvimento com soberania, democracia e valorização do trabalho", da CGTB, CTB, CUT, Força Sindical e Nova Central, com o auxílio do Dieese na CONCLAT do Pacaembu em 2010 e o "Brasil do diálogo, da produção e do emprego", acordo entre trabalhadores e empresários pelo futuro da produção e emprego, que deu corpo ao seminário realizado pela Fiesp, CUT, Força Sindical e sindicatos dos metalúrgicos do ABC e de São Paulo e Mogi em 2011.

Quanto aos atingidos pela paralisação das obras, encomendas e projetos, decorrentes dos escândalos na Petrobrás, o movimento sindical unido e dando voz e vez às suas bases que estão sofrendo um verdadeiro terremoto, deve procurar junto às empresas, aos governos, ao Congresso Nacional, ao TCU e tribunais e à sociedade, garantir os direitos dos trabalhadores e obter a retomada urgente das obras, sem prejuízo das apurações e punições em curso.

As legítimas atividades produtivas das empresas (a começar pela Petrobrás) e principalmente os trabalhadores, com seus salários e empregos, não podem ser punidos pelas depurações necessárias e pela correção de rumos que garantam mais transparência sem roubalheira às diversas atividades.

CURIOSIDADES

Por que nós ficamos de cabelos arisalhos?

Um dia nossos cabelos ficarão grisalhos ou totalmente brancos. Este "presente" da maturidade para todos os seres humanos tem a sua explicação médica e científica.

A melanina, um tipo de hormônio produzido pela pele, é que determina a intensidade da cor do cabelo. Sua capacidade é determinada geneticamente, o que explica o fato de algumas pessoas ficarem com os cabelos brancos antes das outras. Além disso, alterações como estresse ou medo, traumas ou doenças podem acelerar o processo. Mas a idade é a principal causa da descoloração do cabelo. Ou seja, em algum momento da nossa vida, a produção de melanina vai diminuindo.

Assim, o veredicto é certo: ninguém escapa. E a pergunta permanece: pintar ou não pintar os cabelos? Eis a questão.

A origem da coxinha de frango

No Brasil, o aperitivo teve origem na região da Grande São Paulo. O salgadinho foi desenvolvido durante o processo de industrialização para oferecer um lanche mais barato e durável do que as conhecidas coxas de galinha servidas em lanchonetes e portas de fábrica.

Mas esta, porém, é a origem do salgado no Brasil. O 'descobrimento da coxinha' aconteceu por acidente, ainda na época do Império Português. Conta a lenda que havia um menino na corte que tinha como prato favorito as coxas de frango. A nobre criança tinha problemas mentais e dificilmente aceitava outro alimento.

Com um apetite tão restrito, não havia coxas suficientes para servir ao menino, então, a cozinheira da corte teve a ideia de transformar o frango inteiro em coxas, desfiando-o e criando uma massa com farinha de trigo. A criança aprovou o resultado e rapidamente o salgado caiu nas graças também da nobreza.

Fonte: www.vocesabia.net

CAÇA-PALAVRAS

www.coguetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Procure e marque, no diagrama de letras, as palavras em destaque no texto.

Selfie, selfie meu...

Já era o TEMPO em que ficar se olhando no ESPELHO minutos a fio era o máximo do NARCISISMO. A onda agora é a selfie. Não sabe o que é? LOGO, logo, você vai ENTENDER.

Trata-se de uma daquelas fotos que a **PESSOA** tira de si própria com uma webcam ou um aparelho **CELULAR** smartphone e posta nas **REDES** sociais. De origem INGLESA, a palavra tem um signifi-

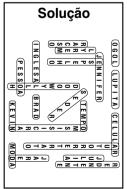
cado próximo a "**AUTORRETRATO**".

Recentemente, até celebridades de HOLLYWOOD aderiram à MODA e tiraram diversas selfies, durante a cerimônia do OSCAR 2014, em fevereiro. JENNIFER Lawrence, BRAD Pitt, Angelina Jolie, MERYL Streep, JULIA Roberts, KEVIN Spacey e LUPITA Nyong'o, Bradley Cooper e JARED Leto foram algumas delas.



Т E R R Ε







uando criança ela ia à vila visitar sua madrinha acompanhada de sua mãe. As casas tinham tons alegres e outros tons sombrios. Mas, para ela, tudo ali se refletia em um ar de alegria.

Quando passava na rua imensa que aquela vila tinha, o sol toda vez se refletia na sua pele descoberta do algodão. Ela reparava em tudo ali, mas nada lhe atraiu mais a atenção do que uma figura antiga e cheia de contextos sobre a solidão.

Ele tinha todos os fios do cabelo branco e ficava esperando na janela de cor marrom algo que lhe trouxesse um sorriso de serenidade e satisfação. Um dia, ele estendeu a mão em sua direção, e quando ele a abriu lá estava a ameixa com gosto de mel que ele lhe presenteava toda vez que a via. A felicidade dela era simplesmente a felicidade dele. Ela sabia o quanto era prazeroso para ambos.

Na espera da partida, seu coração

juvenil nunca queria ir, pelo anseio de ficar, mas, sem esperar, ela sempre voltava e tudo se repetia do mesmo jeitinho que eles gostavam. Ela adorava aquela infância enquanto duravam os dias de ameixa, o sol na sua pele e o vento levando seus cabelos esvoaçantes para longe, sem saber que a criança de outrora lembraria desses momentos como se fosse agora e sentiria saudades aquele tempo, bem mais cedo do que imaginava.

Mily Parsons

Envie você também opiniões, comentários, crônicas, poesias ou pequenos contos para a redação de Linha Direta em Revista. O texto deverá ter, no máximo, 1200 caracteres (com espaço) ou uma folha. Junto com o texto envie sua foto em alta resolução: acima de 2MB.

Basta encaminhar um e-mail para revistalinhadireta@gmail.com, ligar para (11) 3351-8899 (solicitar falar com o Depto de Comunicação) ou mandar uma carta para o seguinte endereço: Rua Bento Freitas, 64 – Vila Buarque - CEP: 01220-000 - São Paulo-SP A/C do Depto. de Comunicação

As ideias contidas nesta página são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a opinião do Sintetel.

Institucional

Sabe quem são os representantes sindicais na sua empresa?

Você sabia que o Sintetel conta com diversos delegados e diretores sindicais que atuam para assegurar as melhores condições de trabalho dentro da empresa? Eles são como um porta-voz do Sindicato nos locais de trabalho.

Não sabe quem são os representantes sindicais na sua empresa? Quer descobrir de maneira rápida? É simples. Basta acessar o

site do sindicato, www.sintetel.org, e acessar a nova opção do menu superior chamada "representante sindical".

Pronto, lá você poderá filtrar por região e empresa para descobrir em poucos segundos quem são os delegados e diretores sindicais com quem você pode contar quando precisar do auxílio do Sindicato.











Um universo de benefícios voltados para a saúde e qualidade de vida dos dirigentes, empregados, ex-empregados, aposentados e seus familiares do setor de telecomunicações.*

*Empresas de telefonia, televisão, rádio, fabricantes de equipamentos e prestadoras de serviços do segmento.















Acidentes Pessoais



www.abet.com.br • 0800 111 777



Pacote de Viagem • Intercâmbio Passagens Nacionais e Internacionais Assessoria em Viagens

(11)3281-6142 / 6144 www.abettur.com.br 9 abettur@abet.com.br



Previdência Privada

(11) 3281-6723

www.abetseguros.com.br - seguro@abet.com.br